

No última dia, festival de decretos

Diário Oficial circula com 236 páginas de decretos, nomeações e remanejamentos

PAULO PESTANA

BRASÍLIA — Como numa autêntica terça-feira gorda, o Diário Oficial reviveu ontem o velho lema do último dia de carnaval: é hoje só, amanhã não tem mais. Um dia antes da promulgação da nova Constituição, o Diário Oficial da União circulou com 236 páginas — quatro vezes mais que a média das últimas terças-feiras —, recheadas de decretos, nomeações, remanejamentos e mudanças nos organogramas de ministérios e órgãos do governo.

A orgia provocou um considerável atraso na impressão e distribuição do jornal, que ontem só saiu da gráfica de Departamento de Imprensa Nacional (DIN), às 15h30 — normalmente, fica pronto às 8 horas. Irregularidades não faltam nos decretos publicados.

O órgão campeão de nomeações é a Fundação Serviços de Saúde Pública, com 412 novos funcionários — 30 dessas vagas foram mudadas ontem, por ordem superior. O diretor da fundação, José Nogueira Tapety

Junior, não hesitou em nomear alguns parentes para fazer companhia à sua filha, Adriana Tapety, que já exerce cargo de confiança na presidência do órgão, no Rio, recebendo Czs 380.000 mensais.

SEM DESCULPA

Outra filha de Tapety, Fernanda Maria de Freitas Tapety, foi contratada como assistente administrativa. Mas há outros Tapety: no caso de Mário Expedito de Freitas Tapety, sobrinho do presidente da fundação, se chegou ao requinte de contratá-lo como economista, cargo que não existe no organograma. Conceição Maria de Freitas

Tapety e Maria Cláudia de Freitas Tapety Fontes foram também contratadas, como enfermeira e assistente administrativa.

José Nogueira Tapety chegou a dizer a um assessor que não sabe ainda como vai justificar a contratação de dois economistas — um deles, seu sobrinho Mário — para a fundação. O superintendente de Campanhas da Saúde Pública (Sucam), José Fernando Carvalho Branco, também aproveitou algumas vagas para nomear parentes e conhecidos. Edilson Fernandes de Carvalho Branco Sobrinho, seu filho, é um dos novos engenheiros da Fundação Serviços de Saúde Pública, e

Maria dos Remédios Carvalho Branco, filha de um primo e médica especializada em Aids, também vai trabalhar na erradicação de endemias.

RECURSOS "DILUÍDOS"

O Ministério da Justiça teve todo seu organograma modificado, com a criação de mais 69 cargos, até de nível superior. Segundo o ministro Paulo Brossard, a mudança vai provocar um aumento de "apenas" 0,04% no orçamento de pessoal, previsto para este ano — algo em torno de Czs 147 milhões. "Já estava previsto no orçamento", disse o ministro. "Esses recursos serão diluídos, não serão gastos imediatos", completou.

O Diário Oficial publica ainda 71 autorizações para afastamento de servidores públicos do País. O recorde nesta categoria é da Petrobrás, com 15 autorizações.

Enquanto isso, mais 760 milhões foram para os cofres do governador Newton Cardoso, de Minas Gerais. O dinheiro deve ser aplicado no desenvolvimento do cerrado mineiro.

Mais polêmico é o decreto que transfere a construção, uso e exploração da estrada de ferro Leste-Noroeste, no Paraná, da estatal Valec para a empresa Ferroeste, de Olacir de Moraes, o maior produtor de soja do mundo.

Imprensa Nacional garante seu 'trem'

PAULO FONIA

BRASÍLIA — As últimas horas da legislação de exceção permitiram à advogada Dinorá Ferreira, mulher de coronel e há oito anos na direção-geral do Departamento de Imprensa Nacional (DIN), realizar um antigo sonho: entrar para o quadro permanente do órgão que edita o Diário Oficial da União. Ontem, o órgão publicou, na página 5.916, a portaria 140, nomeando como funcionários 102 "especialistas", entre eles Dinorá Ferreira, diretora-geral, o diretor de publicações, Edison Garcia, e a diretora comercial, Cristina Sganzerla, classificados como "supervisores de publicações oficiais".

"A nomeação é legal", justificou-se a diretora-geral do DIN, que não assinou a portaria porque, na segunda-feira, faltou ao trabalho por causa de uma providencial labirintite. Não tiveram a mesma sorte os quase 50 empregados do DIN que trabalham na oficina e na expedição. Eles participam, como meros executores, do esforço concentrado do Poder Executivo em aprovar suas próprias leis e atos nomeatórios antes da promulgação da nova Constituição.

Para esses funcionários, a maratona começou na noite de segunda-feira e só terminará na noite de hoje, quando estiverem sendo distribuídos os 50 mil exemplares da nova Constituição, que impedirá a contratação de pessoal para o serviço público sem concurso. A velha impressora Goss-Urbain não resistiu e o Diário Oficial de ontem circulou, em Brasília, no final da tarde.

ZELO EXTREMO

Quem também vacilou foram os autores das portarias encaminhadas ao DIN para publicação no órgão do governo. Uma delas precisou ser refeita por ter incorreções, o que contribuiu para o atraso de nove horas no volumoso Diário Oficial de ontem. "Não houve necessidade de correção e o atraso ocorreu porque estamos com acúmulo de serviço", desconfiou a diretora-geral do DIN. Na verdade, seu desmentido faz parte da estratégia montada pelo Executivo para atenuar a repercussão

de seus últimos atos antes de a nova Constituição vigorar, a partir de hoje.

No DIN, o zelo em preservar os atos oficiais chegou ao extremo de se certificar que o pessoal que trabalhasse diretamente com a impressão do Diário Oficial não saísse do prédio do DIN. Confinados desde segunda-feira, funcionários da oficina e da expedição trabalharam 21 horas seguidas, com pequenos intervalos para descanso e refeições.

Na madrugada de terça-feira, uma suculenta sopa com macarrão e arroz reavigorou as forças dos 20 técnicos que passaram a noite imprimindo as 236 páginas do Diário Oficial do penúltimo dia do velho regime constitucional. Alguns colchonetes espalhados nas amplas salas do DIN deram guarida do rápido sono dos que não agüentaram o esforço.

TRABALHO FORÇADO

Alguns deles se queixavam de que nem sequer receberão hora-extra, por que já estouraram o limite salarial de 92 mil cruzados mensais. Como os três primeiros dias desta semana os trabalhadores deram três jornadas de sete horas, a maioria está próxima do limite. A nova regra constitucional para hora-extra e seu pagamento evitará esse tipo de situação enfrentada pelos gráficos do Departamento de Imprensa Nacional.

Mas o dia deles hoje não será diferente. Além de trabalhar na edição do Diário Oficial do dia, que também atrasará, os funcionários do DIN se dedicarão à da nova Constituição. A diretora-geral quer sua circulação logo depois de ser promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte, às 15h30.

"Nossa obrigação é publicá-la no mesmo dia em que for aprovada", explicou Dinorá Ferreira. Para isso, um novo esquema com as cinco centenas de servidores do Departamento de Imprensa Nacional possibilitará a assinantes e interessados levar para escritórios, repartições e residências o novo texto constitucional do País. Nele, não haverá mais espaço para nomeações como as realizadas pelo Poder Executivo, que concretizaram o acalentado sonho de Dinorá Ferreira e de seus dois companheiros de diretoria.



Dinorá, agora no quadro permanente da Imprensa Nacional: um presente e a realização de um antigo sonho

Assinaturas continuam à noite

JANDIRA GOUVEIA

BRASÍLIA — Às 19 horas de ontem, o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, entrava no gabinete do presidente Sarney ainda com vários decretos que precisavam de sua assinatura para ser publicados no Diário Oficial da União que circula hoje, antes de ser promulgada a nova Constituição. Entre os decretos estava a transferência do Conselho Nacional de Informática (Conin) para a área da Presidência da República.

Além de tirar o Conin do Ministério da Ciência e Tecnologia, o presidente Sarney aprovou pequenas mudanças na área, assim como assinou decretos fazendo alterações nas estruturas dos ministérios do Interior, da Saúde e dos Transportes. Essas modificações precisavam ser publicadas no Diário Oficial até hoje, porque, a partir da promulgação da nova Carta, mudanças de estruturas administrativas devem ser submetidas ao Congresso Nacional.

Na manhã de hoje, o Diário Oficial vai circular com atos do presidente Sarney que não estariam comprometidos pela nova Carta e com os atos que depois desta data precisariam ser submetidos ao Congresso Nacional. À tarde a publicação oficial vai

sair com um documento especial: a nova Constituição.

Ontem, a movimentação no Palácio do Planalto acabou mais cedo. Entretanto, no dia anterior, técnicos do Gabinete Civil e autoridades do Tesouro Nacional ficaram trabalhando até os primeiros 30 minutos de ontem, revisando decretos que foram encaminhados para publicação no Diário Oficial da União durante a madrugada. O presidente saiu antes. Depois de

receber Ralph Biasi, da Ciência e Tecnologia, último ministro a lhe levar propostas de mudanças de estrutura para assinar, na noite de segunda-feira, Sarney foi para a casa de Ronaldo Costa Couto, que deu uma festa para comemorar seus 46 anos. Lá, Sarney ouviu muito chorinho, tocado pelo Clube do Choro de Brasília, e comeu macarronada com molho à bolonhesa. Gostou tanto que se serviu três vezes.

ESFORÇO FINAL

Na noite de segunda-feira, o presidente Sarney assinou cerca de 20 decretos que modificam estrutura de ministérios, concedem emissoras de rádio e probem empresas estatais de realizarem conversão informal da dívida externa. Mas o último ato encaminhado ao Diário Oficial foi o decreto que estabelece um novo regimento para a Fundação Centro Brasileira de Televisão Educativa (Funtevê).

No começo da noite de segunda-feira, foi intensa a movimentação de ministros no Gabinete Civil, onde os técnicos faziam a revisão final dos atos que o presidente Sarney ainda remetia para publicação no Diário Oficial. João Batista de Abreu (Planejamento), Mailson da Nóbrega (Fazenda), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), José Reinaldo Tavares (Transportes), além do consultor-geral da República, Saulo Ramos, foram os que permaneceram até mais tarde na sala de Ronaldo Costa Couto.

Ontem, contudo, a noite foi mais calma, porque a grande maioria dos atos já havia sido examinada até às 18h30, na subchefia-jurídica do Gabinete Civil, onde o trabalho da véspera, na sala do subchefe, Luciano Benevides, tinha entrado na madrugada de ontem.



Costa Couto: o portador dos últimos decretos

Dinorá resiste às mudanças

BRASÍLIA — Aos 58 anos de idade, a advogada e professora Dinorá Ferreira tem o dom da sobrevivência. Além de ter boa saúde, que lhe permite dedicar-se das 9 às 19 horas à direção geral do DIN e depois enfrentar, eventualmente, salas de aula, Dinorá dispõe do prestígio que lhe asseguraram nove anos no comando da equipe responsável por colocar o Diário Oficial da União nas ruas.

Dinorá resiste a ministros, a novas e velhas repúblicas, desde que nomeada em 1979 pelo então ministro Petrônio Portella para o cargo de diretora de publicações.

Mas tanto prestígio não vem de seu currículo profissional, pois nem sequer conhecia a gráfica antes de chegar ao DIN. Seu protetor é o chefe do Gabi-

nete Militar da Presidência da República, general Bayma Denys, velho amigo de seu marido, coronel Valdir Ferreira. Com o apoio dele, Dinorá conviveu com ministros que tentaram, diversas vezes, catapultá-la do cargo. É presidente da Associação dos Amigos da Marinha e já foi condecorada pelas três Forças.

Com três filhos, Dinorá tentou incluir sua filha, a pedagoga Anita Ferreira, no primeiro trem da alegria que promoveu no início do ano. Não conseguiu porque o ministro Paulo Brossard considerou a nomeação irregular. Ontem, em seu segundo trem da alegria, deixou a filha de lado e incluiu seu próprio nome. O ministro Brossard ficou calado. (P.F.)

Congresso pode revogar atos

BRASÍLIA — A própria Constituição, que entra em vigor hoje, prevê que é da competência exclusiva do Congresso Nacional, entre outras atribuições, "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa" (inciso V do artigo 49). É com base nesses dispositivos, segundo o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), que os congressistas poderão revogar todas as medidas, dentre as inúmeras que o governo vem baixando desde a semana passada, que contrariem a nova Constituição.

O líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), mantém sua disposição de entrar, possivelmente amanhã, com um projeto de decreto legislativo visando sustar todas as providências de última hora do governo para alterar estru-

tura e atribuições de órgãos do governo, como a transformação do Conselho de Segurança Nacional numa secretaria executiva do Conselho de Defesa Nacional, por exemplo.

A crítica mais dura à atitude do governo de baixar dezenas de decretos administrativos às vésperas da promulgação da nova Constituição partiu do líder do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva (SP). "Não sei como o presidente Sarney tem a petulância de jurar a nova Constituição que ele já está desrespeitando", disse Lula, ao informar que os partidos progressistas pretendem convocar uma reunião para examinar todos os decretos administrativos do governo e ver a possibilidade de sustação dos que exorbitam os limites do Executivo.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), viu na en-

xurrada de atos do governo "uma espécie de fim de festa" e criticou "o furor legislante do Executivo, uma reação contra a nova Constituição que procura mais o equilíbrio dos poderes do que a predominância do Executivo sobre os demais, como vinha ocorrendo até agora".

O líder do PMDB no Senado, Roman Tito (MG), anunciou para os primeiros dias após a promulgação, hoje, da nova Carta, a formação de uma comissão para examinar os atos do governo e, ao mesmo tempo, preparar as bases para as leis ordinárias e complementares. E garantiu que tudo o que estiver além da competência do Executivo, será devidamente anulado.

Já o líder Ibsen Pinheiro disse não ver com preocupação os inúmeros decretos baixados pelo governo desde a semana passada. "Essas matérias são da

vida interna do Poder Executivo, o governo pode fazer 90 decretos por dia e não vai haver nenhum problema, se eles não exorbitarem das suas atribuições, limitadas pela nova Constituição", argumentou. Enquanto isso, o líder do PPL na Câmara, José Lourenço (BA), foi irônico no seu comentário: para ele, o grande número de atos do governo demonstra que o governo "está governando, está exercendo o seu papel".

FISCALIZAÇÃO

Todas as contratações e nomeações para o serviço público federal passarão, a partir de hoje, pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O presidente do TCU, ministro Alberto Hoffmann, disse ontem que agora o Tribunal poderá até anular as nomeações consideradas irregulares.



Cardoso: contra as providências de última hora